

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA INSTITUTO  
DE CIÊNCIAS HUMANAS  
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Isis Mageste Reis

**ENTRE A EXPANSÃO E O ABANDONO: A DUALIDADE DA REPRESA CHAPÉU D'UVAS**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).  
Orientador(a): Prof<sup>ª</sup>. Luciana Bittencourt Villela

Juiz de Fora  
2025

## DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **ISIS MAGESTE REIS**, acadêmica do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculada sob o número 202172144A, declaro que sou autora do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **ENTRE A EXPANSÃO E O ABANDONO: A DUALIDADE DA REPRESA**

**CHAPÉU D'UVAS**, desenvolvido durante o período de NOVEMBRO DE 2024 a MARÇO DE 2025 sob a orientação de Luciana Bittencourt ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autora, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente. Juiz

de Fora, \_\_de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Isis Mageste Reis

### **Marcar abaixo, caso se aplique:**

Solicito aguardar o período de ( ) 1 ano, ou ( ) 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

**OBSERVAÇÃO:** esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

# ENTRE A EXPANSÃO E O ABANDONO: A DUALIDADE DA REPRESA CHAPÉU D'UVAS

Isis Mageste Reis<sup>1</sup>

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar os impactos socioambientais da expansão da represa de Chapéu d'Uvas, situada no distrito de Dores do Paraibuna, no município de Santos Dumont, MG a partir da narrativa do documentário Mater Dolorosa, produzido por Gabriel Fortes. A pesquisa se concentra em uma comunidade vulnerabilizada social e economicamente, marcada por um profundo vínculo com a terra, que é considerada sagrada, e pelo respeito à história e memória de Dores do Paraibuna — atualmente conhecida como 'Velha Dores'. Essa localidade foi submersa em razão de uma decisão governamental voltada à garantia do abastecimento de água para a cidade vizinha de Juiz de Fora.

**PALAVRAS-CHAVE:** Impactos Socioambientais; Represa de Chapéu d'Uvas, Dores do Paraibuna, MG

## 1. INTRODUÇÃO

A Represa Chapéu D'Uvas, é um importante recurso hídrico, sendo utilizada como abastecimento, geração de energia e controle de cheias. No entanto, ao longo dos anos, sua trajetória ficou marcada por uma dualidade: por um lado, iniciativas de expansão e aproveitamento de seu potencial; por outro, observa-se negligência e abandono em relação a vida, tradições e cultura da população de Dores do Paraibuna. Esse cenário evidenciou a necessidade de uma análise aprofundada sobre os impactos ambientais, sociais e econômicos dessa represa.

O objetivo deste trabalho é analisar os fatores que contribuíram para a expansão da Represa Chapéu D'Uvas. Pretende-se compreender como políticas públicas, investimentos e interesses econômicos influenciaram sua história, além de avaliar os impactos dessa situação sobre a população local e o meio ambiente.

A relevância deste estudo se justifica pelo fato de que a gestão de recursos hídricos é um tema essencial para o desenvolvimento sustentável. O abandono de infraestruturas hídricas pode acarretar prejuízos ambientais, econômicos e sociais, enquanto sua expansão sem planejamento adequado pode gerar impactos negativos irreversíveis. Dessa forma, compreender a realidade da Represa Chapéu D'Uvas contribui para o debate sobre a gestão dos recursos hídricos e o planejamento estratégico de

---

<sup>1</sup> Graduanda em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientadora: Luciana Bittencourt Villela.

obras públicas, além do impacto na população que considera o solo sagrado.

Para alcançar os objetivos propostos, a metodologia adotada consiste em uma abordagem qualitativa e exploratória. Foram realizadas revisões bibliográficas sobre a história da represa, bem como levantamentos de dados por meio de documentos oficiais, reportagens, estudos acadêmicos e análise dos dados, com base na interpretação crítica das informações coletadas, permitindo um diagnóstico detalhado do problema.

Dessa forma, este trabalho busca contribuir para o entendimento dos desafios e oportunidades relacionados à Represa Chapéu D'Uvas, destacando a importância de políticas públicas eficazes para garantir o aproveitamento sustentável desse recurso. Nos capítulos seguintes, serão abordados o histórico da represa, situação atual da população e os impactos causados pela expansão da Represa Chapéu D'Uvas.

## **2. DORES DO PARAIBUNA E A REPRESA: Breves considerações**

A expansão da represa de Chapéu d'Uvas, localizada no distrito de Dores do Paraibuna, no município de Santos Dumont (MG), é um processo que suscita profundas reflexões sobre os impactos sociais e ambientais causados pela intervenção humana no meio ambiente. Criada com o objetivo de garantir o abastecimento de água para a cidade de Juiz de Fora, a represa provocou consequências significativas para a comunidade local, especialmente em uma região marcada pela pobreza e marginalização social e econômica.

A população de Dores do Paraibuna, conhecida como "Velha Dores", mantém uma forte ligação com a terra — considerada sagrada e parte essencial de sua identidade histórica e cultural. O processo de alagamento da área, que resultou na submersão de uma parte considerável do território, levanta importantes questões sobre o respeito à memória local, à história e às perdas irreparáveis enfrentadas por aqueles que dependem da terra para sua subsistência.

Dores do Paraibuna é um distrito de Santos Dumont, situado a aproximadamente 50 quilômetros de Juiz de Fora, e conta com cerca de 2.000 habitantes. Localizado nas proximidades da nascente do Rio Paraibuna, o distrito possui uma rica história cultural e simbólica. A Barragem de Chapéu d'Uvas, que ocupa uma área de 12 quilômetros quadrados de espelho d'água e armazena um volume de 146 milhões de metros cúbicos (onze vezes maior que o da Represa Dr. João Penido), alcança uma profundidade máxima de 41 metros. O lago formado pela represa tem capacidade para fornecer cinco mil litros de água por segundo, desempenhando papel fundamental no abastecimento da região (CESAMA, s.d.).

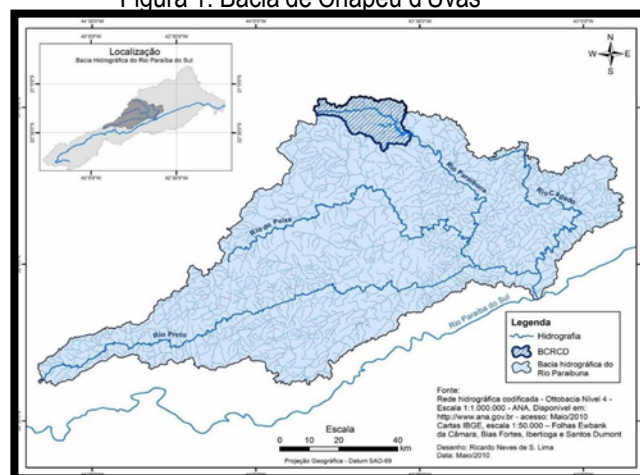
A construção da barragem teve início em 1957, durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek. Seu objetivo era proteger Juiz de Fora contra inundações, regularizar o fluxo do Rio Paraibuna, maximizar o aproveitamento das usinas hidrelétricas da CEMIG e ampliar o fornecimento de água para a cidade — motivado também pela pressão de empresários locais (Machado, 2012, p.

48). No entanto, a obra enfrentou diversas paralisações ao longo dos anos. Somente em 1992, por determinação do então presidente Itamar Franco, que mantinha vínculos com a região, a construção foi retomada, culminando na inauguração da barragem em 18 de dezembro de 1994 (Machado, 2012, p. 50).

Com a conclusão da obra, foi estabelecida a adutora de Chapéu d'Uvas, o que resultou no represamento das águas do Rio Paraibuna e na submersão da antiga vila de Dolores do Paraibuna. Os moradores foram realocados para uma nova área, denominada "Nova Dolores", situada a aproximadamente dois quilômetros da localidade original.

Segundo a CESAMA, a represa é composta por mais de 17 quilômetros de tubulação, e a adutora foi inaugurada em agosto de 2014. Com capacidade para fornecer até 900 litros de água por segundo, a represa atualmente abastece cerca de 40% da cidade de Juiz de Fora. A água captada é tratada na Estação de Tratamento de Água Walfrido Machado Mendonça (ETA CDI). O abastecimento proveniente da represa exerce um papel crucial no fornecimento de água potável para o município, especialmente diante do crescimento populacional e da crescente demanda por recursos hídricos (CESAMA, 2023).

Figura 1: Bacia de Chapéu d'Uvas



Fonte: Artigo de José Pedro Machado, 2012.

Juiz de Fora, localizada na Zona da Mata Mineira, destaca-se por sua posição estratégica, o que a consolidou como um importante polo urbano. Ao longo de 60 anos, a cidade experimentou um expressivo crescimento populacional, passando de 114.531 habitantes em 1950 para 517.872 em 2010, sendo que 98,86% dessa população reside na zona urbana. Esse rápido crescimento gerou uma demanda crescente por infraestrutura básica, muitas vezes superior à capacidade de resposta das administrações municipais.

Um dos principais desafios enfrentados é a gestão dos recursos hídricos. O uso inadequado e a ausência de planejamento eficaz têm causado sérios impactos sobre os mananciais responsáveis pelo abastecimento da cidade, comprometendo tanto a qualidade quanto a disponibilidade da água para o

consumo humano. Nesse contexto, a expansão da represa de Chapéu d'Uvas tornou-se uma medida estratégica para suprir as necessidades hídricas de Juiz de Fora.

Esse cenário político e administrativo deu origem a um intenso conflito de interesses. De um lado, Juiz de Fora considera a área da represa um recurso essencial para garantir o abastecimento de água nas próximas décadas. De outro, os municípios localizados a montante da represa, juntamente com suas populações e setores do mercado imobiliário, veem na região uma oportunidade para o desenvolvimento turístico e para a expansão territorial. Embora tais iniciativas sejam vistas como formas de dinamizar a economia local, também suscitam acalorados debates sobre os impactos sociais e ambientais que podem gerar.

Em síntese, a expansão da represa de Chapéu d'Uvas evidencia um complexo dilema entre o desenvolvimento urbano e a preservação das comunidades locais e de suas memórias. Embora a represa seja fundamental para assegurar o abastecimento hídrico de uma cidade em constante crescimento, sua construção e ampliação provocaram transformações profundas no território, afetando a identidade, a cultura e a subsistência da população de Dores do Paraibuna. O equilíbrio entre os interesses urbanos e os direitos históricos e sociais das comunidades afetadas permanece como um dos grandes desafios a serem enfrentados nos próximos anos.

### **3. A TRANSIÇÃO DA VELHA DORES, PARA A DORES NOVA**

Historicamente, o distrito de Dores do Paraibuna mantém uma estreita relação com o distrito de Curral Novo, pertencente ao município vizinho de Antônio Carlos (MG). Criado em setembro de 1878, Dores do Paraibuna foi inicialmente vinculado à freguesia de João Gomes (atualmente Santos Dumont), então pertencente ao antigo município de Barbacena. Seu território abrangia terras de importantes fazendeiros locais, como José Dias Pires, Antônio Ferreira da Costa e Júlio Dias Pires, entre outros.

Em 1884, a comunidade celebrou a construção da Igreja de Nossa Senhora das Dores, um marco significativo tanto religioso quanto cultural. Atualmente, da antiga vila restam apenas as ruínas da igreja e o antigo cemitério, que se tornaram pontos de interesse para turistas atraídos pelo turismo rural e, ocasionalmente, pelo turismo religioso.

De acordo com o documentário *Mater Dolorosa* (2022), a história de Dores do Paraibuna remonta ao século XIX, quando um pescador encontrou a imagem de Nossa Senhora das Dores entre as pedras da Cachoeira do Afonso, localizada na região. Segundo a lenda, sempre que a imagem era levada ao arraial, desaparecia misteriosamente durante a noite e retornava à cachoeira. Diante desse fenômeno, a população recorreu ao bispo, que abençoou o local, onde mais tarde foi erguido um santuário em homenagem à santa. A consagração foi marcada pelas palavras de um bispo desconhecido, que, em oração, declarou:

Esta terra do Paraibuna, baliza infundável de Deus, entrega generosa as bênçãos de Nossa Senhora das Dores. Neste chão, fertilizado por vossas

vidas, erguerão a morada de Deus, incorrupta pela eternidade, frente aos males do mundo. Deus, infinito mistério, estendeu-lhes a infinita graça do Seu toque e proteção. Desventurados sejam aqueles que ousarem o confronto com vossa santidade. Em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Amém (MATER DOLOROSA, 2022).

Figura 2: A igreja da cidade.  
Fonte: Documentário Mater Dolorosa, 2022.



Os primeiros habitantes da região foram os povos indígenas, entre eles os Krenak, que tradicionalmente habitavam as margens do Rio Doce, no município de Resplendor, localizado na região Leste de Minas Gerais, conforme apresentado no documentário de Gabriel Fortes (2022). A formação histórica de Dolores do Paraibuna está marcada por um processo complexo e, muitas vezes, violento, resultado da expansão econômica que devastou a densa Mata Atlântica outrora predominante na região.

Diversos grupos indígenas, genericamente denominados “Botocudos” — termo pejorativo atribuído pelos colonizadores, em referência aos adornos usados nas orelhas e lábios — resistiram à colonização em áreas ainda não dominadas pelos brancos. Esses grupos, atualmente reconhecidos pelos Krenak como Borum (que significa “gente” em sua língua), continuam a preservar sua identidade cultural, em contraste com o termo Kraí, utilizado para designar os não indígenas.

Outro grupo relevante é o dos Puris, que vêm se reestruturando em municípios da Zona da Mata mineira, como Araponga, Piau e Viçosa, além de Barbacena. A emergência étnica desses povos é um fenômeno recente, refletindo um processo contínuo de reafirmação identitária e resistência cultural.

Figura 3: Dolores nos dias de hoje



Fonte: Fabricio Candido, 2022.

Com o aumento da exploração do ouro e a intensificação do transporte de cargas, surgiu a necessidade de encurtar o trajeto entre Minas Gerais e o litoral. Para facilitar o escoamento da produção, a Coroa Portuguesa idealizou o Caminho Novo, cuja construção teve início por volta de 1700-1701, sob a liderança de Garcia Rodrigues Paes. O percurso partia da região da Borda do Campo (atual Barbacena), atravessava a Serra da Mantiqueira, passava por João Gomes (atualmente Palmyra) e Chapéu d'Uvas, até alcançar o litoral do Rio de Janeiro. No entanto, a criação do Caminho Novo resultou na expulsão dos primeiros habitantes da região, marcando o início de uma nova fase de ocupação territorial.

Santos (1996) afirma que a identidade está intrinsecamente ligada ao sentimento de pertencimento, sendo o território um elemento fundamental para a organização do trabalho, a fixação da residência, as trocas materiais e espirituais e o exercício da vida (SANTOS, 1996, p. 14). Nesse contexto, o nome João Gomes desempenhou um papel central na história local, pois sua sesmaria foi essencial para a formação e ocupação da cidade. O local passou por diversas denominações ao longo do tempo: inicialmente chamado Rocinha de João Gomes, posteriormente Fazenda de João Gomes, Distrito de João Gomes, João Gomes Velho, Palmyra e, finalmente, Santos Dumont.

A construção da ferrovia, por volta de 1870, também foi um marco no desenvolvimento da cidade. A Estrada de Ferro D. Pedro II, que cruzava a região, desempenhou um papel crucial no crescimento local. O engenheiro Henrique Dumont, pai de Alberto Santos Dumont, mudou-se para a região para supervisionar as obras da ferrovia, que conectaria a Mantiqueira a João Aires. Durante esse período, estabeleceu-se com sua família em uma casa palafita fornecida pela própria ferrovia, localizada próxima ao canteiro de obras (CASTELLO BRANCO, 1988, p. 47).

A autonomia administrativa foi conquistada em 27 de julho de 1889, com a criação do município de Palmyra, formalizada pela Lei nº 3.712, sancionada pelo Barão de Ibituruna, último presidente da Província de Minas Gerais (CASTELLO BRANCO, 1988, p. 55). O município foi oficialmente instalado em 15 de fevereiro de 1890, com a nomeação dos membros da Intendência Municipal.

### **3.1. O Impacto da Represa e a Transferência dos Moradores**

Em 1995, por meio de um decreto governamental, foram fechadas as comportas da barragem de Chapéu d'Uvas, causando a inundação das casas em Dores do Paraibuna. Como consequência, os moradores foram realocados para a "Nova Dores do Paraibuna", situada a aproximadamente 2 km do antigo arraial. Essa mudança forçada gerou grande sofrimento e uma profunda ruptura identitária entre os habitantes, que foram obrigados a abandonar não apenas suas casas, mas também o solo que consideravam sagrado.

Uma moradora, entrevistada no documentário *Mater Dolorosa* (2022), descreveu a construção da represa como um "crime", afirmando que o governo "agiu como se fosse Deus", ao inundar não apenas as residências, mas também as histórias e o sentimento de pertencimento da população. Outra

moradora declarou: "O governo tirou a gente do céu e colocou aqui. Não são apenas 30 anos, é uma vida inteira."

### **3.2. O Território e a Identidade Cultural**

Haesbaert (2006) argumenta que o território, enquanto espaço de apropriação e domínio, não é algo fixo ou estático, mas envolve mobilidade e diferentes formas de deslocamento, configurando-se como um território-rede. Santos (2007) complementa essa perspectiva, afirmando que o território não se limita a um espaço físico, mas é também um espaço cultural, carregado de identidade, história e pertencimento.

O conceito de território, portanto, vai além da delimitação geográfica e do controle político; ele envolve a relação de um povo com seu espaço, sua identidade e seus valores culturais. Como ressalta Carlos Walter Porto-Gonçalves, o território não apenas define limites, controle e autonomia, mas também envolve sujeito e consciência. Em suas palavras, o território é "terra mais cultura", conceito apresentado em palestra ministrada no doutorado da Universidade Federal Fluminense (UFF), em 21 de maio de 2009.

Essa concepção se associa à noção de soberania, poder e controle, além de conter uma dimensão simbólica, representando um espaço de construção compartilhada e fortalecimento das identidades sociais (MIN, 2006, p. 13). O autor também reforça que "o ordenamento territorial é um instrumento de articulação transterritorial e interinstitucional, voltado para um planejamento integrado e espacializado da ação do poder público" (MIN, 2005, p. 47-67).

O processo de formação territorial de Dores do Paraibuna e sua relação com o desenvolvimento urbano de Santos Dumont são marcados por transformações profundas, impulsionadas pela expansão econômica, pela infraestrutura viária e pela intervenção do Estado. A construção do Caminho Novo, a chegada da ferrovia e, mais recentemente, a expansão da represa de Chapéu d'Uvas demonstram como o território foi continuamente modificado ao longo dos séculos.

No entanto, tais mudanças não ocorreram sem conflitos e impactos sociais significativos. A inundação da vila de Dores do Paraibuna representa um exemplo emblemático da tensão entre desenvolvimento urbano e preservação das comunidades locais. Os moradores realocados sofreram não apenas perdas materiais, mas também uma ruptura em sua relação com o espaço que consideravam sagrado.

O conceito de território abordado por Haesbaert (2006), Santos (2007) e Porto-Gonçalves (2009) revela que as transformações espaciais não são meramente geográficas, mas envolvem identidade, cultura e memória. A disputa pelo significado e pela apropriação do espaço continua sendo um desafio, refletindo as tensões entre progresso econômico, preservação cultural e justiça social.

### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em Dores do Paraibuna, a história de resistência e adaptação de seus habitantes diante das transformações territoriais e culturais evidencia a complexidade da relação entre povo, lugar e memória.

A transferência compulsória dos moradores para Nova Dores do Paraibuna exemplifica como as mudanças no território impactam profundamente as identidades e as histórias individuais e coletivas de uma comunidade.

Assim como Nossa Senhora das Dores perdeu seu filho na cruz, a população de Dores do Paraibuna perdeu sua terra sagrada, sacrificada em nome do crescimento econômico e do que se convencionou chamar de "evolução" de um país que se considera mais desenvolvido. A água da represa chegou, submergindo não apenas o território, mas também as memórias construídas ao longo do tempo pelos povos tradicionais.

Com a realocação, os moradores perderam suas casas, erguidas com o suor de seu trabalho, e, com elas, uma parte significativa de sua história. Restou-lhes uma memória afetiva marcada pelo saudosismo, pela sensação de abandono, desprezo e vazio — um testemunho silencioso das perdas irreparáveis impostas pelo progresso.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARQUIDIOCESE DE JUIZ DE FORA. Associação Católica de Historiadores (ACH). Disponível em: <https://arquidiocesedejuizdefora.org.br/associacao-catolica-de-historiadores-ach/>.
- CAMARGO, Pablo. Povos indígenas em Minas Gerais. CEDEFES, 2020. Disponível em: <https://www.cedefes.org.br/artigo-povos-indigenas-em-minas-gerais/>.
- CASTELLO BRANCO, José. A história de Barbacena e seus caminhos. Barbacena: Editora Local, 1988.
- CESAMA. Barragem de Chapéu d'Uvas. Portal eletrônico. Disponível em: <https://www.cesama.com.br/mananciais/barragem-de-chapeu-d-uvas-2>.
- DAMASCENO, Leticia; PAULA, Nayara de. Que lugar é esse? Conheça a Velha Dores do Paraibuna. Notícia: G1, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/centro-oeste/noticia/2023/08/12/que-lugar-esse-conheca-a-velha-dores-do-paraibuna.ghtml>.
- FORTES, Gabriel. Mater Dolorosa. Youtube, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8rg-Z5UGXA8>.
- FORTES, Gabriel. Travessia. Youtube, 2009. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZbyzujM6zw4&t=16s>.
- HAESBAERT, Rogério. O território e a identidade: desafios da territorialização no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.
- MACHADO, Pedro José de Oliveira. Diagnóstico ambiental e ordenamento territorial: instrumentos para a gestão da Bacia de Contribuição da Represa de Chapéu D'Uvas/MG. 2012. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
- MIN, Eugênio. Ordenamento territorial: desafios e perspectivas. São Paulo: Editora Universidade, 2005.
- ORANI, João. Nossa Senhora das Dores: Cardeal Orani Tempesta. Vatican News, 2020. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/igreja/news/2020-04/nossa-senhora-das-dores-cardeal-orani-tempesta.html#:~:text=Nossa%20Senhora%20das%20Dores%2C%20tamb%C3%A9m,nos%20a%20certeza%20da%20ressurrei%C3%A7%C3%A3o>.
- PREFEITURA DE SANTOS DUMONT. Museu Casa de Cabangu. Disponível em: <https://www.santosdumont.mg.gov.br/cidade-turismo/Interna/museu-casa-de-cabangu>.
- UFJF. Dossiê analisa impacto ambiental nas represas de abastecimento de Juiz de Fora. UFJF: Online, 2023. Disponível em: <https://www2.uff.br/noticias/2023/06/14/dossie-analisa-impacto-ambiental-nas-represas-de-abastecimento-de-juiz-de-fora/>.
- SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. Rio de Janeiro: Editora Record, 2007.